

INDEFINIÇÃO DE FHC CONFUNDE O MERCADO

Mas para analistas, desencontro de informações é resultado de vazamentos, pois a equipe ainda não decidiu sobre o plano.

O desencontro de informações divulgadas sobre o plano econômico está confundindo o mercado e gerando especulações, mas para alguns analistas é resultado apenas do vazamento das propostas que estão sendo discutidas pela equipe econômica, e não de decisões já tomadas. "Isso indica que a equipe ainda não bateu o martelo no segundo passo de combate à inflação", diz o ex-ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega. "É o telefone sem fio", ironiza também o economista-chefe do Citibank e ex-diretor do Banco Central, Luís Eduardo Assis. Segundo ele, o que os jornais vem tornando público não é coerente, não "fecha", nem está de acordo com a reconhecida competência dos assessores da Fazenda.

Para Máílson, em toda a atual controvérsia sobre plano econômico, em que não faltam idéias de indexadores, indutores e redutores, não foi dado o destaque devido ao principal aspecto: "Não há plano de estabilização sem ajuste fiscal. E não existe ajuste fiscal duradouro sem mudança na Constituição", afirma. Sem uma alteração profunda na estrutura do Orçamento, observa Máílson, a única hipótese de equilibrá-lo é com inflação, da mesma maneira como sempre se fez antes. "O que, na prática, significa a equipe econômica jogar a toalha", diz ele. E destaca: "Plano para valer só existe com ajuste. Logo, o plano é o ajuste. O resto é detalhe." Na opinião de Máílson, ou se faz uma mudança estrutural na Constituição, ainda que temporariamente (pelo período de um a três anos), ou não há o segundo passo de

combate à inflação.

O que pode ser viável, segundo ele, é a equipe econômica acenar com uma emenda constitucional de emergência para viabilizar o ajuste fiscal, suspendendo temporariamente, por exemplo, uma parte das despesas da União predeterminedadas no Orçamento, sem dar calote na dívida. A prevalecer um mínimo de racionalidade operacional e econômica, diz ele, não haverá plano neste final do ano.

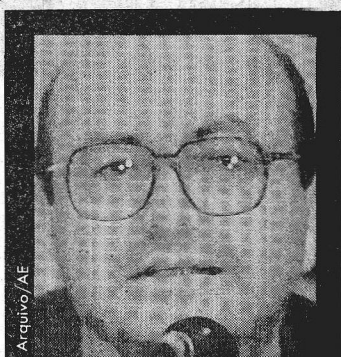
Também na opinião de Luís Eduardo Assis, o Orçamento é a batalha decisiva da equipe econômica. Por isso, ele não acredita

que a equipe inverta a ordem das coisas, promovendo a desindexação antes de equilibrar as contas públicas. "Mesmo porque isso é frágil economicamente e temerário do ponto de vista político."

O economista do Citibank destaca como inverossímil a criação de um indexador prefixado e voluntário. Ele acredita, no entanto, que a equipe econômica deseja um indexador único que ordene os preços relativos. Mas ressalva que esse indexador não preveria redutor,

indutor ou prefixação, não tendo, portanto, efeito sobre a inflação.

Se de fato a equipe não recorrer à prefixação, para reduzir gradualmente a inflação até a "paulada", o cronograma eleitoral do ministro Fernando Henrique Cardoso, como candidato à sucessão presidencial, ficará muito apertado, avaliam analistas políticos. Um experiente observador de Brasília diz que o "Congresso não tem por que facilitar a aprovação do Orçamento apenas para favorecer o cronograma de FHC".



Arquivo/AE

Para Máílson da Nóbrega, não há plano sem ajuste. E não existe ajuste fiscal duradouro sem mudança na Constituição.